

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)		Passivo	
2012	2011	2012	2011
Ativo Circulante		Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	2.969	Fornecedores	91
Clientes	4.110	Obrigações sociais	3.166
Estoques	202	Obrigações fiscais	2.213
Impostos a recuperar	1.719	Partes relacionadas	843
Partes relacionadas	31	Outras contas a pagar	256
Despesas antecipadas	245	Total do passivo circulante	6.569
Outras contas a receber	238	Não circulante	6.066
Total do ativo circulante	9.514	Obrigações fiscais	11.610
Não circulante	7.829	Provisão para contingências	2.606
Imposto diferido	5.234	Total do passivo não circulante	14.216
Partes relacionadas	13.386	Patrimônio líquido	12.799
Depósitos judiciais	875	Capital Social	22.772
19.495	19.249	Reserva legal	165
Imobilizado	1.731	Prejuízos acumulados	(12.966)
Intangível	16	Total do patrimônio líquido	9.971
Total do ativo não circulante	1.747	Total do passivo	30.756
Total do ativo	21.242		29.187

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos Acumulados	Total	Adto. para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adto para fut. aum. de capital
Saldo em 31 de dezembro de 2010	21.472	-	(15.066)	6.406	1.300	7.706
Aumento de capital	1.300	-	-	1.300	(1.300)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	3.076	3.076	-	3.076
Reserva legal	-	165	(165)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	22.772	165	(12.155)	10.782	-	10.782
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(811)	(811)	-	(811)
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	22.772	165	(12.966)	9.971	-	9.971

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Protege S/A Serviços Especiais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes em automóveis tipo passeio, utilitários de pequeno porte e motocicletas, bem como locação de viaturas e serviços correlatos, a guarda, manutenção e arquivos de papéis e documentos originais e/ou microfilmados, serviços de escritório e afins, a prestação de serviços de tesouraria para o mercado em geral, incluindo contagem e arrumação de papel moeda, moedas, títulos, valores em geral, envolvimento e pagamento, preparação de compensação de cheques e serviços similares, o recrutamento, agenciamento, seleção, colocação, bem como fornecimento e locação de mão de obra e outros serviços na área, a prestação de serviços de limpeza, conservação, faxina, manutenção de imóveis e outros, a prestação de arrecadação, conferência e controle de valores em postos de pedágios, supermercados e outros estabelecimentos comerciais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2013. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, devidamente reconhecidos no resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo. **d. Uso de estimativas:** A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes a ajustes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, a fim de calcular projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado e intangível, bem como para determinar a provisão para imposto de renda. **e. Reclassificações:** Para fins de comparabilidade, no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados o montante de R\$8.216, anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na rubrica de impostos diferidos no ativo não circulante, para a rubrica de impostos diferidos no passivo não circulante. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Certos valores no balanço patrimonial foram reclassificados para estar em conformidade com a apresentação do ano corrente (veja nota explicativa 2e). **a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. O ativo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado compreende as aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outras contas a receber. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **ii. Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem sua obrigação contratual retratada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar. **iii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. **iv. Capital social - Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo, qualquer dividendo adicional só é registrado como passivo quando efetivamente aprovado pelos acionistas. **b. Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Benfeitoria em imóveis de terceiros 10% Instalações 10% Máquinas e equipamentos 10% Móveis e utensílios 10% Veículos 4% a 33,33% Equipamentos de informática 20% Laboratório eletrônico 10% Equipamentos de vigilância eletrônica 10% Outros 10% **b. Redução ao Valor Recuperável (Impairment): i. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **ii. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não é imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quando ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuindo ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identifica qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012. **d. Benefícios a empregados: i. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **ii. Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras, então eles são descontados aos seus valores presentes. **e. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)		2012	2011
Receita operacional líquida		44.358	37.315
Custos dos serviços prestados		(32.309)	(27.109)
Lucro bruto		12.049	10.206
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas e comerciais	(340)	(284)	
Gerais e administrativas	(11.118)	(7.923)	
Outras receitas (despesas), líquidas	185	2.895	
	(11.273)	(5.312)	
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		776	4.894
Despesas financeiras	(1.134)	(1.573)	
Receitas financeiras	102	53	
	(1.032)	(1.520)	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(256)	3.374
Imposto de renda e contribuição social correntes	(631)	(129)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	76	(169)	
Prejuízo do exercício		(811)	3.076
Prejuízo por ação		(0,04)	0,14

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(811)	3.076
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	373	376
Custo residual de ativo permanente baixado	1	26
Provisão para devedores duvidosos	223	(58)
Provisão para contingências	1.479	(247)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76)	169
	1.189	3.342
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber, líquidas	(161)	(625)
Estoques	(24)	18
Impostos a recuperar	(11)	(867)
Partes relacionadas	828	(946)
Despesas antecipadas	67	(36)
Outras contas a receber	18	(93)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(69)	68
Obrigações sociais	46	699
Obrigações fiscais	445	(1.400)
Outras contas a pagar e depósitos judiciais	(112)	13
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.216	172
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(11)	(107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11)	(107)
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	2.205	65
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	2.969	764
Saldo inicial	764	699
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	2.205	65

base as melhores estimativas do risco envolvido. **f. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluir a mesma possam ser mensuradas de forma confiável. **g. Arrendamentos: i. Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. **ii. Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **h. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e juros. A receita de juros é reconhecida no resultado pelo método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, descontos concedidos e outras despesas bancárias. **i. Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia no exercício, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. **1. Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento inicial, e para fins de divulgação, na data base das demonstrações financeiras. **ii. Outros passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.